

De rainha amada à mulher estrangeira:

*D. Leonor de Aragão, a regente
maculada por meio do rumor*

From beloved queen to foreign woman:

*D. Leonor of Aragon, the regent
blemished by the rumor*



DIAS, Gustavo Magave*
LIMA, Douglas Mota Xavier de*

RESUMO: O desenvolvimento das monarquias em finais da Idade Média envolveu inúmeros fatores, entre eles, o uso da informação, que tem sido objeto de crescentes investigações por parte da historiografia. O reino de Portugal expressa tal importância da informação e dos rumores e o presente artigo discute o caso da regência iniciada após a morte do rei D. Duarte (1438) e a menoridade do príncipe herdeiro. Considerando esse caso, o estudo concentra-se na *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, de Rui de Pina, e analisa a presença dos rumores no contexto das disputas em torno da regência portuguesa, problematizando como tais informações contribuíram para macular a imagem da rainha D. Leonor.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal medieval; Rumor; Política de informação.

ABSTRACT: The development of monarchies in the late Middle Ages involved numerous factors, among them the use of information has been the object of increasing investigations of historiography. The kingdom of Portugal expresses such importance of information and rumors and this article discusses the case of the regency begun after the death of King D. Duarte (1438) and the minority of the crown prince. Considering this case, the study focuses on the *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, by Rui de Pina, and analyzes the presence of rumors in the context of disputes around of the Portuguese regency, problematizing how such information contributed to maculate the image of queen D. Leonor.

KEYWORDS: Medieval Portugal; Rumors; Politics of Information.

*Recebido em: 26/09/2019
Aprovado em: 01/12/2019*

* Graduando em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), bolsista PIBIC/UFOPA, Santarém, estado do Pará (PA), Brasil. E-mail: gustavomagavedias@gmail.com.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, estado do Pará (PA), Brasil. E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br

Morre um rei, “nasce” uma querela

Em uma quinta feira, 09 de setembro de 1438, faleceu o segundo rei da dinastia de Avis. D. Duarte, de acordo com as palavras do cronista Rui de Pina (1901), deixou profunda tristeza em seus familiares. De ensimesmado à personagem político ativo da dinastia, sabe-se que a morte do rei gerou mais do que abatimento no reino. Além do sentimento de perda, o rei, conhecido como *Eloquente*, deixou um testamento com seus últimos desejos, entre os quais dizia que sua esposa, a rainha D. Leonor, deveria reger sozinha o reino de Portugal enquanto o príncipe D. Afonso não possuísse idade suficiente para assumir o trono lusitano. Contudo, mais do que consternação, a morte de D. Duarte e a abertura de seu testamento produziram uma disputa marcada, entre outros aspectos, pelos usos políticos da informação.

Tendo em vista o cenário da regência portuguesa, este artigo tem como objetivo discutir os aparentes usos da informação durante o conflito entre o infante D. Pedro e D. Leonor, viúva do rei D. Duarte. A partir da concepção de que se utilizada a informação pudesse contribuir na formulação de políticas em vários governos medievais, gerando vantagens quando empregada de maneira qualitativa, a intenção do texto é perceber como a circulação de rumores, incentivados por D. Pedro e/ou seus apoiadores, contribuíram para a desqualificação da rainha Leonor como regente, ampliando a sua rejeição por parte do povo.

Informação e política em finais da Idade Média

Ao trabalhar com informação, fica evidente a árdua tarefa que é conceituar um termo tão polissêmico. Na língua portuguesa (MICHAELIS, 2019), por exemplo, refere-se ao “ato ou efeito de informar (-se)”, ao “conjunto de conhecimentos acumulados sobre certo tema por meio de pesquisa ou instrução”, à “notícia trazida ao conhecimento do público pelos meios de comunicação”, a “relatório escrito”, a “informe”, tendo ainda outras acepções. Não obstante, informação também constitui vocábulo de crescente interesse e conceituação no meio acadêmico. Para Rafael Capurro e Birger Hjørland (2007), por exemplo, informação é um conceito interdisciplinar e está presente nas mais variadas áreas, como as Ciências Naturais, Humanas, Sociais e Exatas, recebendo especial atenção do campo da Ciência da Informação.

A palavra informação tem raízes latinas e deriva do termo *informatio*. Na antiguidade, foi usada de uma maneira tangível e intangível. Na primeira dimensão, o termo estava associado ao uso pedagógico e moral, influenciado pelo cristianismo e pela filosofia grega de Aristóteles e Platão. Na Idade Média o termo ainda manteve esse uso e,

somente a partir do século XIV, é que se evidencia o uso com a ideia de moldar a mente, além de adquirir, gradativamente, outros sentidos, em especial, a dimensão de algo que foi ou é comunicado a alguém (CAPURRO, HJORLAND, 2007).

Entre os estudiosos do conceito de informação destaca-se o trabalho de Michael Buckland (1991), que estabelece três significados mais utilizados para o termo: em primeiro lugar, a informação como processo, expressando a comunicação de um conhecimento, de algum evento, fato ou ocorrência; a informação como conhecimento, no qual a informação é o próprio conhecimento que está sendo comunicado; a informação como evidência, dimensão de sentido que acentua as características tangíveis à informação. Segundo Buckland, para o conhecimento ser comunicado ele precisa ser expresso de alguma forma física:

Conhecimento, convicção e opinião são atributos individuais, subjetivos e conceituais. Entretanto, para comunicá-los, eles têm que ser expressos, descritos ou representados de alguma maneira física, como um sinal, texto ou comunicação. Qualquer expressão, descrição ou representação seria informação-como-coisa (BUCKLAND, 1991, p. 2).

Outro aspecto a ser destacado é a informação-evidência¹ altera o que o sujeito conhece, e isso não implica afirmar que a informação será útil ou pertinente para os propósitos do sujeito, posto que ela depende de como será utilizada e do sentido que se dará a ela. Deste modo, considerando o conceito dado por Buckland (1991) de informação como coisa, a informação é passividade, ou seja, ela depende do sujeito para que tenha sentido.

Cabe, no entanto, fazer ressalvas concernentes a ideia de informação como coisa, aplicada à experiência do medievo. Tal acepção propõe que para a informação ser comunicada é necessário que seja representada de alguma forma física, como através de texto, por exemplo. Contudo, um aspecto que não deve ser negligenciado quando estudamos o medievo é o papel da oralidade, mesmo em finais da Idade Média. A partir disso, percebe-se nas fontes que a informação nem sempre foi repassada de forma material como a informação como coisa propõe. Destarte, como interpretar as informações repassadas durante o medievo por meio da oralidade? Considera-se que elas são informação, a informação-processo, algo comunicado a alguém. Nesse sentido, a

¹ Para Buckland (1991), evidência é a própria informação como processo, é a expressão do conhecimento comunicado, o aspecto tangível. A informação como coisa está relacionada a esse aspecto material, tangível, que para ele pode ser armazenado e recuperado em uma situação posterior, como qualquer documento textual que pode ser armazenado e consultado no futuro, por isso o documento escrito é informação como coisa ou uma evidência. Porém, para Buckland, pessoas e prédios históricos também podem ser informativos, pois informam sobre alguma coisa, mesmo que não possam ser armazenados e recuperados como uma fotografia ou um documento textual. Portanto, informação, em Buckland, é tudo que pode ser informativo.

noção de informação como coisa, como conhecimento e como processo permite pensar uma série de documentos que circulam durante o medievo e, particularmente, no século XV, como cartas e relatórios, uma informação materializada sobre acontecimentos, ao passo que, os rumores, as especulações e as notícias repassadas de forma oral seriam informação como coisa, pois são comunicadas a alguém.

No que concerne os estudos sobre informação na Idade Média, sabe-se que eles se afirmam, sobretudo, em finais do século passado, apesar do pioneirismo de Yves Renouard em trabalhos da primeira metade do século XX e, em especial, no capítulo “Information et transmission des nouvelles” (1961). Num dos clássicos trabalhos que expressam a renovação da história política da Idade Média, *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*, Bernard Guenée (1981) apresentou algumas considerações sobre o eixo Poder e Informação no período. Dedicado a estudar a propaganda régia, Guenée propunha que na Baixa Idade Média os governantes começaram a perceber que a informação adquirida e veiculada de forma escrita poderia orientar a política e interferir na opinião pública.

Essa via de investigação exemplificada por Guenée tem se ampliado e, no século atual, vários trabalhos sobre informação estão surgindo na medievalística internacional e brasileira. Dentre eles, cita-se a obra coletiva *Information et Société em Occident à la fin du Moyen Âge* (2004), os estudos de Filippo de Vivo (2007), Emrah Gurkan (2012), Viana Pinto (2015) e Isabella Lazzarini (2015) na historiografia internacional, e Marcela Guimarães (2015) e Douglas Lima e Gustavo Dias (2017) em um plano nacional. Em meio a tais investigações, o conceito de informação começa a se tornar mais claro. Para Isabella Lazzarini, por exemplo, informação pode ser entendida como os rumores, novas e notícias. Ela afirma que: “Notícias, rumores e especulações (*nouvelle, avisi, voci, rumori*) – ou seja, todo o espectro do que podemos definir como ‘informação’ – eram cada vez mais a moeda da diplomacia” (LAZZARINI, 2015, p. 70, tradução nossa)². Tal noção abrange aquilo que é repassado de forma oral e, nesse aspecto, pode-se observar acréscimos à proposta de Bernard Guenée, visto que ele parece associar informação àquilo que estava disponível apenas na escrita.

Desde os anos 1980, o problema específico do rumor também tem recebido a atenção contínua do campo das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo entre os investigadores franceses. Entre os estudos medievais, a obra *La rumeur au Moyen Âge. Du mépris à la manipulation. Ve – XVe siècle* (2011) constitui a principal reflexão coletiva

² [No original] “News, rumors, and speculations (*nouvelle, avisi, voci, rumori*) – that is, the whole spectrum of what we can generally define as ‘information’ – were more and more the currency of diplomacy” (LAZZARINI, 2015, p. 70).

sobre a temática, definindo como eixo de investigação “[...] o fenômeno pelo qual uma informação, uma notícia ou uma história pretensamente verdadeira e com valor de divulgação se transmite dentro de um grupo por qualquer meio de comunicação oral ou escrita, formal ou informal, identificável ou não [...]” (SORIA, 2011, p. 13, tradução nossa)³.

Notícia de origem e veracidade incerta que se espalha rapidamente, o rumor é considerado a “mais velha mídia do mundo” e, como expõe Claude Gauvard (1994), ao fim da Idade Média as autoridades políticas e religiosas empreenderam significativos esforços para controlar a difusão de rumores, considerados como perigos potenciais. Outrossim, Philippe Contamine (1994) lembra ao investigador contemporâneo que a maior parte das notícias que circularam no período medieval nos escapam, posto que a difusão ocorria, principalmente, através da oralidade, por capilaridade, pela proximidade entre as pessoas, de forma espontânea e resultando, por vezes, de iniciativas individuais. Deste modo, considerando o rumor como algo voluntário, espontâneo, informal, difundido e coletivo, toma-se como ponto de partida a referência de que o rumor é, sobretudo, uma informação transmitida oralmente, ainda que também seja possível considerar o escrito igualmente como lugar de construção e transmissão dos rumores.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o uso político da informação trata-se de prática conhecida por diversos poderes medievais e acentuada em finais da Idade Média (LAZZARINI, 2015). O Portugal quatrocentista, em específico, possui um histórico de uso/gestão da informação bastante significativo quando se pensa na formulação das políticas régias, discussão que por décadas envolveu a tese da “política de sigilo nos Descobrimientos” proposta por Jaime Cortesão (CORTESÃO, 1960). Apesar das críticas a tal tese, é consensual que a preparação da campanha de Ceuta, finalizada em 1415 e marcada pelo uso do rumor, da contrainformação e da espionagem, é exemplar no que se refere ao segredo gerido por D. João I e sua corte (DUARTE, 2003). Sem a pretensão de fazer análise minuciosa sobre a conquista desta praça marroquina, a referência é útil a fim de demonstrar que a informação interfere diretamente na tomada de decisões de um reino, podendo contribuir na construção de políticas, guerras ou acordos diplomáticos.

Um dos exemplos presentes em Ceuta encontra-se no beneficiamento de Portugal com a circulação de rumores sobre o destino da armada lusitana, que até o ataque permaneceu em sigilo. Incentivada por D. João I, a criação de rumores sobre qual cidade seria atacada foi enorme. Evidência dessa política são os relatórios de Ruy Diaz, espião do rei de Aragão, posto que informam sobre a preparação da armada portuguesa com

³ [No original]: “ce phénomène par lequel une information, une nouvelle ou une histoire prétendue vraie et ayant valeur de révélation se transmet au sein d’un groupe par tout moyen de communication oral ou écrit, formel ou informel, identifiable ou non” (SORIA, 2011, p. 13).

detalhes impressionantes, apresentando diversos destinos possíveis para a campanha, o que expressa a eficácia das ações da realeza aragonesa no sentido de camuflar o destino da armada⁴. As informações repassadas ao monarca aragonês, fruto de espionagem, tinham como intenção auxiliar nos preparativos de defesa caso algumas das posses de D. Fernando fossem atacadas pelos portugueses. Ao fim da campanha militar, sabe-se que a política de segredo e os rumores proporcionaram a Portugal uma vantagem durante o ataque a Ceuta (LIMA; DIAS, 2017; VENTURA, 2016).

Da morte do rei ao início da regência de d. Pedro

Como anteriormente citado, a morte do rei D. Duarte veio a somar-se a diversos problemas que deixavam o reino português em alvoroço. As feridas deixadas pela derrota em Tânger (1437) estavam abertas e D. Fernando, um dos íclitos infantes, permanecia cativo em posse dos infiéis. O óbito do rei foi devidamente seguido pelo levantamento do sucessor, todavia, o cenário político do período inspirava apreensão com este falecimento. Portugal não estava envolvido em guerras, a sucessão régia estava garantida desde 1432 – ano do nascimento de D. Afonso –, mas a descendência trazia um problema, a menoridade.

É interessante observar que na passagem do século XIV para o século XV, Castela enfrentou o problema da menoridade duas vezes, com Enrique III e Juan II, sendo que as principais dificuldades apareceram na longa menoridade do segundo – cerca de 13 anos. Em ambos os casos a solução encontrada foi a mesma, a regência (SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1964). O recurso às regências não era novidade nos reinos da Cristandade e menos ainda em Portugal, que no processo da Revolução de Avis enfrentara a regência de D. Leonor Teles⁵. Mas, como argumenta Oliveira Marques (1987), a história das menoridades régias estava repleta de casos de contestação às rainhas regentes e de casos de mudanças nos regimentos dos reinos.

O cerne da questão que permite compreender os conflitos que ocorrem no reino de Portugal entre finais da década de 1430 e a década de 1440 desloca-se, assim, da

⁴ Ruy Diaz de Vega atuou como embaixador e espião do rei de Aragão, D. Fernando de Antequera, durante os preparativos da armada que atacou a cidade de Ceuta. Sob o argumento de que estava à espera de uma carta que deveria ser entregue ao rei D. João, mas que havia sido perdida durante a sua viagem, o espião aragonês conseguiu diversas informações acerca de tudo o que acontecia em Portugal durante a sua estadia. Os relatórios do espião podem ser acessados na Monumenta Henricina (1960, Vol. I, doc. 49, doc. 57).

⁵ Citam-se brevemente alguns casos da história portuguesa anteriores a 1438. Por falecimento de D. Afonso II, já viúvo, e com o filho menor, iniciou-se uma regência no reino, da qual se sabe que provocou guerras civis. No entanto, o caso mais emblemático é de Leonor Teles, esposa do rei D. Fernando. Levantando-se contra o que se tinha estabelecido em tratados anteriores, o mestre de Avis assumiu a posição de defensor do reino e posteriormente de rei de Portugal, iniciando a dinastia de Avis e afastando completamente a rainha (BARROS, 1885, p. 640-641).

circunstância da morte do rei ou da existência ou não de sucessor, para a decisão acerca de quem deveria reger o reino durante a menoridade. Sabe-se que o rei redigiu um testamento antes de falecer, mas não se conhece quando o documento foi escrito e em quais circunstâncias, elementos que se agravam pelo fato de nem mesmo uma cópia do documento ter sido conservada. A única descrição coube a Rui de Pina, cronista régio do período de D. João II e D. Manuel. Apesar disso, é possível inferir que a redação se deu durante a doença, ou seja, nos dias derradeiros da vida de D. Duarte (DUARTE, 2007).

A existência do testamento poderia facilitar o processo de definição da regência, contudo trouxe ainda mais problemas ao reino. O rei expressava que o regimento do reino, assim como a tutoria dos filhos, caberia exclusivamente à D. Leonor, sua esposa. Abriram-se, de imediato, inquietações com o desejo do *Eloquente*. Não se sabe ao certo qual a participação e influência de D. Leonor na governação de D. Duarte, entretanto, alguns apontamentos podem ser feitos a partir do estudo de Ana Maria Rodrigues.

De acordo com a autora, a participação direta de D. Leonor no governo de seu marido parece ter sido mínima, principalmente devido às suas constantes gestações e a sua condição feminina. Outrossim, pelo que se sabe, a sua presença na documentação régia limita-se a casos específicos, restringindo-se às “[...] cartas de doação de bens da Coroa ou de confirmação da transmissão desses bens a membros da fidalguia” (RODRIGUES, 2012, p. 118). Nesse sentido, aparentemente, a rainha Leonor não desempenhou a função de preponderância durante o reinado de seu marido. Contudo, a rainha parece ter tido um papel importante no aconselhamento do reino. Por possuir relação próxima e harmoniosa com D. Duarte, seus conselhos sempre eram bem recebidos. De acordo com Rodrigues (2012, p. 121), “D. Duarte ouvia-a e prezava a sua opinião”. As implicações dessa proximidade e influência foram várias, inclusive a de culpá-la pelo ataque malsucedido a Tânger como alguns cronistas relatam.

A escolha da rainha como regente, a priori, não explica por si só a tensão desse contexto. Desta forma, o problema da decisão régia deve ser redirecionado para outros fatores, os quais estão expressos na *Crônica de El-Rei D. Afonso V* (1901). Segundo o cronista, D. Leonor era mulher e estrangeira. Escreve Rui de Pina, expressando o conselho que deu à rainha:

Senhora, o peso d'este cargo de reger, que assi soltamente tomaes, é mui grande e tal, que muitos barões abastados de fortaleza de coração e de prudência o recceram. E por serdes mulher e ainda estrangeira, como quer que para isso haja em vós sã consciencia e conhecidas virtudes com mui santo desejo, em caso que não houvesseis n'elle alguma contradicção, certo duvidamos que o possaes soffrer; porque Vossa Senhoria ha-de considerar que são n'este reino tres Infantes, grandes Principes, e de muita autoridade, e naturaes da terra, que hão d'estimar por quebra e abatimento de seus estados

serem regidos por mulher, especialmente não natural nem herdeira, como vós sois, e que o por suas bondades e assego de todos quizessem consentir, não falleceriam outros amigos de novidades, que lh'o fariam sentir e obrar por outra maneira (PINA, 1901, p. 17-18).

Os acontecimentos ocorridos entre a abertura do testamento de D. Duarte e a ocupação por D. Pedro do posto cimeiro da regência são motivos de longos debates historiográficos. De qualquer forma, é consenso que o fato de D. Leonor ser mulher e, principalmente, estrangeira, causou receio em diferentes grupos sociais, iniciando uma série de debates sobre quem deveria reger o reino (RODRIGUES, 2016).

A ampliação de trabalhos relativos à história das mulheres, à história de gênero e, principalmente, à história das rainhas medievais portuguesas, têm avançado em demonstrar que as esferas do poder não estavam fechadas à participação das mulheres, antes, por vezes estas apareciam no auxílio direto aos reis, como gestoras de patrimônios, construtoras de alianças diplomáticas e em regências. Assim, mesmo com uma série de condicionantes, tais mulheres tinham um significativo espaço para o exercício do poder. Contudo, como argumenta Ana Maria Rodrigues: “[...] eram os homens que determinavam por quanto tempo e em que termos esse poder era nelas delegado, podendo revogá-lo quando tal lhes apetecesse, ou manobrar para obter essa revogação” (2008, p. 232).

Para além do fato de ser mulher, D. Leonor foi vista com descrédito por não ser natural do reino e sim uma estrangeira. Este aspecto, isto é, a distinção entre os naturais e os não naturais da terra, foi um recurso frequente na prosa avisina, aparecendo de forma singular nas crônicas quatrocentistas e quinhentistas, sendo a categoria acionada como elemento que permite o acesso legítimo ao posto de regente. Tal circunstância dava-se, em grande parte, pelos acontecimentos ocorridos em Castela, os quais envolviam os irmãos de D. Leonor, os Infantes de Aragão.

A abertura do testamento de D. Duarte coincidiu com a retomada das disputas em Castela entre o grupo dos Infantes de Aragão e de D. Álvaro de Luna, o que trouxe a preocupação acerca do envolvimento de Portugal no conflito, ação que poderia perturbar a paz assinada em 1431. Além disso, D. Leonor era uma peça importante da estratégia de linhagem estruturada pelo pai, Fernando de Antequera, e seguida pelo irmão, D. Alfonso V, rei de Aragão. Através do casamento da mesma com D. Duarte, os Trastâmaras de Aragão passaram-se a relacionar-se diretamente a todas as casas reais ibéricas – com exceção de Granada –, e isto colocava em perigo a autonomia conseguida pela dinastia de Avis desde a batalha de Aljubarrota e os posteriores tratados de paz, afetando, inclusive, o já difícil equilíbrio peninsular (LIMA, 2012).

As Cortes de Torres Novas foram convocadas para resolver o impasse e aprovar um Regimento para o reino. Rui de Pina, nos capítulos III e IV da *Crónica de El-Rei D. Affonso V* (1901), descreve o processo da abertura do testamento e da convocação das Cortes, apresentando os argumentos de que cabia à instância decidir a regência do reino, não se podendo pautar tal escolha simplesmente na vontade de D. Duarte. De acordo com Luís Filipe Thomaz (1994), juridicamente a posição de D. Leonor era frágil, pois a doutrina da origem contratual do poder régio negava ao rei o direito de dispor do reino *post mortem*. O autor enfatiza que, implícita desde 1221, tal perspectiva tinha sido parâmetro para as Cortes de Coimbra em 1385. Se o rei não podia escolher o seu herdeiro – por não ter o poder *jure hereditario* – seguia-se, por analogia, que tão pouco podia designar um administrador interino. Assim, apenas as Cortes poderiam decidir sobre o assunto. Ademais, como ressalta Gama Barros (1885), havia pouco mais de meio século que os Estados do reino, reunidos em Cortes, tinham exercido o direito de eleger um rei, exatamente o rei fundador de Avis, e, assim, a recordação desse ato tão significativo da história do reino estaria de certo guardado nas tradições do povo.

Terminadas as atividades em Torres Novas, a rainha seguiu para Lisboa, onde se encontrou com o infante D. João. À permanência da querela acerca do casamento do jovem príncipe D. Afonso somou-se, como elemento capaz de impulsionar o conflito à escala nacional, a nomeação, pela rainha, de um criado do arcebispo de Braga para escrivão da Câmara do Porto, sendo que o titular do cargo fora nomeado em 1437 pelo infante D. Pedro. O novo oficial não era oriundo do Porto, o que foi recebido como uma violação dos privilégios mantidos pelos moradores da cidade. Em oposição à nomeação, vereadores, cavaleiros, homens-bons, mesteres, entre outros, membros ou não das elites urbanas, organizaram um amplo protesto criticando a rainha e encaminhando as queixas a D. Pedro (SERRÃO, 1979). Eis, a primeira sublevação cidadina decisiva no processo da ascensão do Infante como regente. Contudo, foi Lisboa o palco das principais articulações em prol de D. Pedro.

Em agosto de 1439, o duque de Coimbra aparece na cidade, onde fala à D. Álvaro Vaz de Almada, capitão-mor do mar e com outros conselheiros, sobre a sua situação na regência. Ao partir dessa reunião D. Pedro resolveu seguir ao encontro do irmão, D. João, para com ele se aconselhar e decidir sobre o que fazer. Enquanto o Infante aguardava o correr dos acontecimentos, D. Leonor tomou duas atitudes que marcaram o estopim da sublevação lisboeta: por um lado, “lançou fora” certas donzelas, suspeitas de serem próximas de D. Pedro; e, por outro, expediu carta em nome do rei, pela qual fazia mercê a Nuno Martins da Silveira, seu aio, das penas dos varejos a que os mercadores de Lisboa eram obrigados satisfazer a cada sete anos. A ação contra as donzelas de Lisboa ampliou

a oposição da cidade à Rainha, visto que estas eram filhas de Pedro Gonçalves Malafaia, que fora vedor da fazenda, com Isabel Gomes da Silva, irmã de Aires Gomes da Silva, dedicado amigo de D. Pedro, e a outra, de João Vaz de Almada, sobrinha de Álvaro Vaz de Almada, igualmente grande amigo do Duque de Coimbra (PINA, 1901, p. 48-49).

A situação em Lisboa agravou-se e contrária às atitudes do Arcebispo D. Pedro de Lisboa, primo da rainha, a população lisboeta se revoltou, pressionando-o a sair da cidade. As notícias da insurreição em Lisboa fizeram com que a rainha expedisse cartas secretas convocando seus partidários para que viessem armados às Cortes. Contudo, o segredo foi desfeito complicando a posição de D. Leonor. De alguma forma, as informações foram reveladas ao Infante, que se apressou em mostrar a carta ao Conde de Arraiolos, responsável pela justiça do reino. Este repreendeu a rainha, o que não foi suficiente para que ela revogasse a convocação. Nessa conjuntura, a sublevação do povo não amansou e, pelo contrário, cresceu, e D. Pedro aceitou a convocação do irmão, D. João, para um encontro, onde este propôs que o Infante se automeiasse “*Regedor do Reino yn solido*”. Para isso, garantia-lhe o apoio do Conde de Ourém e da população de Lisboa. D. Pedro, mais uma vez, aparece na crônica argumentando que qualquer decisão deveria ser tomada apenas pelas Cortes e, enquanto esta não começava os trabalhos, tratou de comunicar a todos os lugares do reino acerca de qualquer emergência futura (PINA, 1901).

Por volta de 16 de setembro de 1439 ocorre a ruptura definitiva entre os cunhados, com a declaração do Infante afirmando que daquele momento em diante ele agiria como bem achasse. Em meio a tantas agitações, os cidadãos lisboetas se reuniram e elegeram D. Álvaro Vaz de Almada como alferes de Lisboa, além de deliberar que D. Pedro fosse o único regedor e defensor do reino. Rapidamente a rainha foi informada do Regimento definido na capital e, numa tentativa de remediar a situação, escreveu à cidade dizendo-se vítima de falsidades e solicitando que, nas próximas Cortes, as posições presentes no testamento de D. Duarte fossem acatadas. A recepção da carta em Lisboa representou mais um ato da revolta cidadina. Fixada na porta da Sé por Gomes Borges, escrivão da chancelaria régia, este correu sérios riscos, escapando da morte com dificuldades.

Nesse contexto efervescente volta à cena o infante D. João. Seguindo a crônica, convidado para ir até Lisboa, o Condestável ofereceu apoio ao movimento insurgente que, mais seguro na evolução favorável dos acontecimentos, decidiu promover uma reunião na Câmara da cidade. Nesta reunião, o Dr. Diogo Afonso Mangancha apresentou um discurso pautado no Direito Civil e Canônico, procurando provar os erros de um Regimento público ser dado a uma mulher, concluindo que tal autoridade deveria ser

oferecida a um varão virtuoso, requisitos estes encontrados em D. Pedro. A Câmara de Lisboa decide então aprovar o acordo no qual o Infante deveria ser o único regente, sendo esta decisão seguida pelas principais vilas e cidades do reino (PINA, 1901).

Em meados de outubro o Infante D. Pedro saiu de Coimbra e, por volta do dia 30, encontrava-se nos arrabaldes de Lisboa acompanhado de uma horda composta de 1800 cavaleiros e 2600 peões. No dia 31 entrou na capital, sendo recebido pelo irmão D. João e por outras pessoas de destaque da urbe. No primeiro dia de novembro assistiu à missa e jurou, com as mãos sobre as do Bispo de Évora, defender o reino como regente.

As Cortes de Lisboa tiveram início em 10 de dezembro de 1439 e rapidamente procederam à elaboração de um acordo, assinado por todos os presentes – exceto o Conde de Arraiolos –, apoiando a causa de D. Pedro. Ao todo, setenta e duas cidades e vilas portuguesas foram indexadas dando sustento à elevação do Infante ao posto de único regente. Contudo, para a conclusão das atividades nas Cortes faltava ainda a presença do rei e da rainha, que permaneciam em Alenquer. Após vários mensageiros fracassarem no intuito de trazê-los à Lisboa, D. Henrique conseguiu o feito. À recepção ao rei na cidade, seguiu-se o reinício das Cortes com a definição de D. Pedro para a posição cimeira da regência. Antes de ser finalizado o expediente das Cortes, o escrivão da câmara do Porto, João Gonçalves, manifestou-se em desacordo pela manutenção do rei sob a tutela da rainha, argumentando que, em prol da devida criação e educação de D. Afonso V, D. Pedro deveria assumir tal dever. Após muitas discussões e resistências de D. Leonor, esta aceita entregar o rei, que segue juntamente com o irmão, D. Fernando, para a companhia do Infante. Enfim, o duque de Coimbra ocupava a posição de único regente e tutor do rei. Todavia, muitos problemas permaneciam por ser resolvidos, sendo o principal a situação da rainha D. Leonor que partia do reino em busca de auxílio em Castela.

Procurou-se, em linhas gerais, caracterizar o cenário político ibérico e, em especial, português, entre a morte de D. Duarte e o início da regência de D. Pedro. Destarte, cabe analisar, com pormenor, o papel da circulação de informações nesse contexto de instabilidade política e, particularmente, como a informação foi mobilizada pelo infante D. Pedro no processo de ascensão ao posto de regente do reino.

Circulação dos rumores e instabilidade política

Ao analisar os conflitos em torno da regência, observa-se o importante papel exercido pela circulação de informações, pelo envio de cartas secretas e, especialmente, pelos rumores. Este tipo de informação caracteriza-se por não possuir um emissor claro, entretanto, sabe-se que os rumores contribuíram para a ampliação do quadro de

insatisfação e de aversão à rainha. A partir disso, faz-se menção a algumas peculiaridades durante essa querela, principalmente relacionadas a circulação de informação, as consequências do rumor e de outras notícias que circulavam por Portugal.

Retomando o contexto que segue a morte de D. Duarte, ressaltam-se os argumentos do cronista Rui de Pina:

[...] porque em fim todos, ou a mór parte hão de seguir a vontade dos Infantes, qualquer que fôr quanto mais que já agora pelas praças se solta, que El-Rei nosso Senhor, vosso marido, que santa gloria haja, vos não podia leixar este cargo de reger: cá este poder deleger regedor do reino era sómente ao reino e aos tres estados d'elle reservado (PINA, 1901, p. 17).

Torna-se premente notar a afirmação que o cronista faz a respeito das notícias que já corriam pela cidade. Apesar de o testamento ter sido lido apenas para um número reduzido de pessoas, logo após, a notícia de que D. Duarte deixara a regência nas mãos da rainha corria pela cidade. Porém, essa não era a única questão difundida em Lisboa. Rui de Pina diz que a notícia de que *O Eloquentes* não poderia delegar regente ao reino, função que caberia “somente ao reino e aos três estados” já era de circulação geral. Portanto, pode-se afirmar que assim começavam os rumores e notícias sobre os impasses da regência.

Fato importante neste caso é que durante o conflito entre D. Pedro e D. Leonor, as ruas e as praças mostraram-se como os locais privilegiados para a circulação da informação. No trecho da crônica o cronista afirma que se “solta pelas praças” os rumores, não sendo a única vez que Rui de Pina faz menções nesse sentido. Desta forma, as notícias e rumores tomaram as ruas e praças de Portugal, locais de intensa e fácil circulação, sendo possível dizer que os rumores que corriam pela cidade influenciaram a percepção e o entendimento das pessoas acerca do conflito entre D. Pedro e D. Leonor.

Se, por um lado, pode-se afirmar que a opinião pública foi influenciada por essa publicização de fatos e eventos diretamente ligados à rainha, o mesmo não pode ser feito para identificar os responsáveis por essa divulgação de notícias. Ou seja, desconhece-se ao certo como e por quem essas informações eram publicizadas, porém, sabe-se que elas contribuíram para que houvesse a desqualificação da imagem da rainha. Neste caso, seria interessante conhecer este pormenor e compreender a forma como as informações ultrapassaram o ambiente privado e se tornaram públicas. Rui de Pina não explica isso, mas entende-se que constantemente essas informações que prejudicaram e desestabilizaram a rainha eram conhecidas pelo povo com certa rapidez. Isto tornaria muito mais sólida a afirmação de uma intencionalidade na obtenção de vantagens através

do uso das notícias e rumores que corriam pela cidade, porém, analisando o contexto e a forma como toda essa divulgação e circulação ocorre, parece plausível dizer que D. Pedro e seus apoiadores tinham intenções com essa publicização.

Ademais, fazendo um adendo em relação ao que concerne à coleta de informação e o controle sobre os canais de informação detidos por D. Pedro, o que se sabe é que o Infante conseguiu interceptar uma carta destinada a D. Leonor, contudo, o mais importante é perceber os meios pelo qual obtinha informação. Como argumenta Ana Maria Rodrigues (2012), o duque de Coimbra possuía vários informantes, inclusive as moças que foram expulsas pela rainha estariam transmitindo-lhe informações. Pode-se, dessa forma, inferir que dentro do círculo de pessoas que estavam próximos a D. Leonor, existiam informantes leais a D. Pedro. Com base nessas informações, torna-se coerente dizer que a publicização poderia partir desse círculo ligado ao Duque de Coimbra.

Mas, afinal, quais rumores e notícias estavam sendo divulgados? A primeira delas, de que o rei não poderia deixar o regimento do reino à rainha, foi apresentada acima e gerou bastante burburinho, como mencionado. Contudo, Rui de Pina vai além e diz o seguinte noutro trecho da crônica:

[...] que lhe parecia que se não devia antrometer no regimento do reino; e que assi como esta havia de ser sua tenção, assi seria tambem que em todo o mais sua honra, estado, acatamento e serviço se guardasse por todos o mais inteiramente, do que se nunca guardára a outra Rainha; do que ella não foi contente, e muito menos os da sua tenção, que eram presentes: e porque isto foi dito de praça, logo o rumor d'isso sahiu pela cidade, com que os povos e a gente d'ella principalmente começaram de se alvoroçar e praticar entre si secretamente, como tirariam o Regimento à Rainha (PINA, 1901, p. 39-40).

De acordo com o cronista, logo após finalizada a conversa com D. João, irmão e apoiador de D. Pedro, o conteúdo do que foi dito se tornou de conhecimento público, sendo divulgado em praça. Essa divulgação permitiu que a cidade tomasse conhecimento da postura adotada pela rainha, fato este que causou alvoroço entre o povo, visto que a rainha se mostrava irredutível quanto ao conselho de deixar a regência. Rui de Pina acrescenta que secretamente se pensava em alguma maneira de tirar a regência de D. Leonor. Neste momento os rumores dão espaço para um plano que pretendia ser efetivado na prática. Rui de Pina detalha mais:

[...] porque o lançar d'estas donzellas fez contra ella grande escandalo na cidade de Lisboa, por serem dos naturaes e principaes d'ella, e assi por se declarar imiga do Infante D. Pedro, que do povo era mui amado; porque até li sua desavença d'ambos podia jazer em suas vontades; mas sua rotura não se dizia nem mostrava tão depressa como se por isto mostrou (PINA, 1901, p. 48-49).

Outra vez a cidade parece tomar conhecimento do que acontecia. O cronista não utiliza o termo “rumor”, mas pelo que escreve entende-se que novamente as notícias corriam pela cidade contra a rainha. Considerando a narrativa deixada por Rui de Pina, D. Leonor teria expulsado duas moças que eram apoiadoras de D. Pedro, o que teria gerado um alvoroço por conta da atitude da rainha.

Dentre os vários motivos pelo qual D. Leonor não era vista como uma boa opção para regência, além da questão de ser mulher e estrangeira, o fato de ser irmã dos Infantes de Aragão tornou-se um agravante, principalmente pelas constantes intervenções políticas levado a cabo pelos infantes na Península Ibérica, como explicitado anteriormente.

Processo construído aos poucos, mas com efeitos positivos para os opositores de D. Leonor, a maculação de sua regência aconteceu tornando-se cada vez inviável cumprir o que havia sido deixado em testamento por D. Duarte. Os rumores tiveram um papel importante, pois contribuíram significativamente para que ela se tornasse impopular e malvista. Ao lançar as duas moças para fora de casa, por serem apoiadoras de D. Pedro, demonstrava possuir conflitos e desavenças com o Infante e como consequência ainda tomava sobre si o descontentamento daqueles que viam na figura de D. Pedro um bom príncipe.

Agravando a situação, o Conde de Arraiolos foi chamado para que apaziguasse os ânimos na cidade de Lisboa. Como era um homem da lei e de respeito, pensava-se que sua visita à cidade poderia trazer calma. Ao chegar em Lisboa, sabendo da situação conflituosa, e após conversar com a rainha, decidiu interferir. Entretanto, de acordo com Rui de Pina, alguns correligionários de D. Leonor se aproveitaram da sua presença na cidade para afirmar que ele teria vindo com o objetivo de fazer justiça contra aqueles que não aceitavam a regência dela. Essa atitude gerou mais desentendimentos e alvoroço na cidade. De acordo com o cronista, conhecendo a situação desordeira em Lisboa, o conde buscou ajuda para que remediasse o conflito:

Mas os do povo posposto todo o medo assi continuavam, e acrescentavam a cada vez mais sua união, e com tanto rumor d'algum fim perigoso, que o conde desesperado de com suas forças, nem da justiça poder assegurar o feito como desejava, havido primeiro sobre isso conselho, tentou de o remedear com prégações, palavras brandas, e de consciencia, que por algum bom e entendido religioso em ajuntamentos publicos se dissessem (PINA, 1901, p. 52).

Não encontrando outra solução, “o remédio” para tranquilizar a cidade teria de vir de um discurso religioso, brando e cuidadoso. Para isso foi convidado o frei Vasco da Allagoa, que longe de promover a tranquilidade esperada provocou mais ira do povo:

E estas palavras com algum rumor começaram ir de puridade em puridade pelas orelhas de muitos do povo, os quaesassi como as ouviam assi volviam logo os olhos de sanha contra o frade, e com mostranças de tanta indinação, que elle sentindo seu alvoroço, por se não vêr em perigo, desamparou sem conclusão o pulpito, e se acolheu ao mosteiro (PINA, 1901, p. 53-54).

Novamente o rumor produziu consequências danosas para a rainha e seus apoiadores, como relatado por Rui de Pina. “De boca em boca” espalhava-se o descontentamento e a raiva para com D. Leonor. As consequências desta pregação poderiam constar em diversas citações acerca das revoltas urbanas ocorridas na Cristandade nos séculos XIV e XV. As palavras geraram ódio e o povo perseguiu o frei dentro do mosteiro, o qual conseguiu se salvar com uma fuga secreta. Segundo Rui de Pina, o único capaz de acalmar as agitações foi D. Pedro. Este ouviu as agruras dos cidadãos lisboetas, mas repreendeu os levantamentos e, sendo pressionado para que assumisse imediatamente a regência, defendeu que o assunto fosse tratado nas Cortes de Lisboa, marcadas para o mesmo ano. Neste sentido, tudo leva a crer que houve vantagens adquiridas por D. Pedro a partir dos rumores que eram difundidos em Lisboa. As praças e ruas da cidade foram locais de movimentação e agitação, circulação de notícias e rumores, de raiva, descontentamento e do alvoroço de muitos.

Considerações finais

A partir do exposto, dúvidas e inquietações surgem, algumas ficando sem respostas. O que pode ser afirmado é que o rumor teve um papel importante para que a rainha perdesse a regência deixada em testamento. Em conjunto com D. Pedro e seus apoiadores, a circulação de rumores e outras notícias causaram alvoroço entre a sociedade de Lisboa, que descontente espalhou, por todo lugar, as atitudes de uma regente que sempre pareceu ser má e mal influenciada pelos seus apoiadores e conselheiros, o que teria levado a retirada de todos os seus bens, inclusive da educação de seu filho, D. Afonso.

Cabe ressaltar, de forma digressiva, como a rainha é apresentada na crônica. Não era objetivo deste artigo investigar acerca da atuação da soberana, mas fica evidente que Rui de Pina caracterizou-a como mulher estrangeira, influenciável e de fácil manipulação, sendo enganada por diversas vezes. Outra dúvida que surge ao longo da análise da narrativa sobre os conflitos entre D. Pedro e a rainha D. Leonor é: existiu ou não uma intencionalidade na publicização e divulgação de notícias e rumores sobre a Rainha? Não se sabe ao certo como as notícias e rumores tomaram as praças e ruas, nem por quem

eram publicizadas. Entretanto, considerando que o conceito de políticas de informação sinaliza para o uso político da informação visando adquirir vantagens sobre o outro, não se descarta a possibilidade de esses rumores terem sido criados ou incentivados por apoiadores de D. Pedro de forma a desestabilizar e colocar o povo contra a rainha.

Além do uso do rumor, pode ser citado o controle da informação exercido por D. Pedro quando ele interceptou uma carta destinada a D. Henrique, característico de poderes que se colocavam nesse jogo de controle ou de uso da informação. Nesse sentido, a informação se tornou importante para muitos governantes no auxílio da produção de políticas de governo ou em benefício próprio em detrimento do outro. Todavia, independente da intencionalidade, D. Pedro saiu beneficiado, visto que a reputação da rainha foi maculada com tudo o que aconteceu. Os motivos que levaram a essa oposição e retirada de direitos deixados em testamento são vários se for aceito o que Rui de Pina narra. Entretanto, como apontado, além de ser mulher e estrangeira, também se acrescenta o fato de os seus irmãos serem vistos com desconfiança, tendo como base para isso a atuação deles em Aragão e Castela.

O que se iniciou com consternação e luto tornou-se rivalidade e descontentamento, diante do jogo de interesses que se vivia em torno dos tronos ibéricos e, especialmente, em Portugal. A disputa gradativamente opôs a rainha regente ao duque de Coimbra. Uma das faces dessa disputa saiu vitoriosa. D. Pedro assumiu a regência, a tutoria dos filhos de D. Duarte e D. Leonor e casou a sua filha, D. Isabel, com o sobrinho e futuro rei D. Afonso V. Pereceu nos campos de Alfarrobeira, em 1449, num conflito que, entre muitas motivações, recordava a crise regencial de finais da década de 1430. Todavia, sua memória, particularmente pela escrita de Rui de Pina e, posteriormente, de Oliveira Martins, permanece exaltada. A outra face da disputa, D. Leonor, passou de amada e prezada mulher à triste rainha, não angariou apoios no reino e nem recebeu o suporte suficiente para garantir a defesa dos seus direitos em Portugal. Precisou exilar-se e terminou por falecer em Castela. Ainda que a historiografia recente busque reinterpretar a personagem, a memória sobre ela permanece a de triste rainha, mulher e estrangeira que buscou interferir na independência do reino e sobrepor-se aos ilustres infantes da Ínclita Geração. Afinal, os rumores sobre D. Leonor e as informações que circularam desde a morte de D. Duarte foram capazes de cristalizar-se em memória.

Referências

BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Tomo I.

BOUDREAU, Claire; FIANU, Kouky; GAUVARD, Claude; HÉBERT, Michel (Dir.). *Information et société en occident à la fin du moyen âge*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2019. (Coleção Histoire ancienne et médiévale, 78)

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, vol. 42, n. 5, p. 40-41. 1991.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Minas Gerais, vol. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CONTAMINE, Philippe. Introduction. In: BALARD, Michel. (Org.). *La Circulation des nouvelles au Moyen Âge*. Rome: École Française de Rome, 1994. p. 9-24.

CORTESÃO, Jaime. A política de sigilo nos descobrimentos. Lisboa: Comissão Executiva do das comemorações pelo V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960.

DUARTE, Luís Miguel. África. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova história militar de Portugal. Vol.1*. Lisboa: Círculo de leitores, 2003. p. 392-441.

DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte. (1391-1438)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007.

GAUVARD, Claude. Rumeur et stéréotypes à la fin du Moyen Âge. In: BALARD, Michel. (Org.). *La Circulation des nouvelles au Moyen Âge*. Rome: École Française de Rome, 1994. p. 157-177.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Notícias ibéricas no Livro III de Jean Froissart (1337-1405): notas sobre a circulação de informações na Baixa Idade Média. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 66-81, 2015.

GÜRKAN, Emrah Safa. *Espionage in the 16th century mediterranean: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the Ottoman Habsburg rivalry*. Washington: Georgetown University, 2012.

LAZZARINI, Isabella. *Communication and conflict: Italiandiplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

LIMA, Douglas Mota Xavier de; DIAS, Gustavo Magave. Ceuta e Alfarrobeira: informação e diplomacia no século XV. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia/MG, vol. 30, n. 1, p. 154-181, jan./jun. 2017.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O Infante D. Pedro e as Alianças externas de Portugal (1425-1449)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2019.

PINTO, Vitor Manuel da Silva Viana. *De olhar atento e ouvidos à escuta... A espionagem militar na cronística portuguesa de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Militar) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

RENOUARD, Yves. Information et transmission des nouvelles. In: SAMARAN, Charles (Dir.). *Encyclopédie de la Pléiade. L'histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. D. Leonor, Infanta de Aragão, Rainha de Portugal: linhagem, gênero e poder na Península Ibérica do século XV. In: GARCEZ, Margarida; VARANDAS, José (Coord.). *Raízes medievais do Brasil moderno: Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008.

VENTURA, Margarida. Informação e contra-informação na “empresa de Ceuta”: a embaixada ao duque da Holanda. In: *ACTAS XIV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA*, 2015, Lisboa. Actas. Lisboa: Academia de Marinha, 2015. p. 291-296.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. *As tristes rainhas: Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida. Las regencias femininas en los reinos ibéricos medievales: ¿fue el caso portugués una singularidad? *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 46, n. 1, p. 301-328, enero-junio. 2016.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Verbo, 1979.

SORIA, Myriam. Présentation. In: BILLORÉ, Maïté; SORIA, Myriam (Dir.). *La Rumeur au Moyen Âge. Du mépris à la manipulation. Ve-XVe siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. p.13-22.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

VENTURA, Margarida. Informação e contra-informação na “empresa de Ceuta”: a embaixada ao duque da Holanda. In: *ACTAS XIV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA*, 2015, Lisboa. Actas. Lisboa: Academia de Marinha, 2015. p. 291-296.

Fontes

MONUMENTA Henricina, 1960, vol. 1. Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901. v.1.